

Rubem Braga e o semanário *Comício*: notas sobre uma experiência jornalística anti-varguista nos anos 1950

SAMANTHA DOS SANTOS GASPAR*

Crônica: livro ou jornal?

Otto Lara Resende, em carta¹ endereçada a Rubem Braga em 17 de setembro de 1988, faz comentários a partir da leitura cuidadosa dos originais deste que seriam posteriormente publicados no livro “As boas coisas da vida” (1988). Como o próprio Resende esclarece, “não há propriamente originais. (...) Por que não datilografar tudo direitinho? A mim me dá um certo tédio mexer nesse livro de recortes de jornal, com erros de revisão, acentos desnecessários (...). E corrigendas feitas à mão. O editor devia recusar um original assim...” (Resende, 1988). Entre comentários a respeito de ortografia e pontuação, introduz uma ponderação acerca da datação de certos textos, assim como de marcações que pudessem denotar sua origem. Afirma:

“Uma coisa que não me agrada muito é quando há várias crônicas, em série, e V. faz referência à continuação. Tem vez que V. diz que continua ‘na semana que vem’. É demais. Por que não retirar esse toque jornalístico e publicar seguido? Mesmo que ponha um número, ou mude de página. A meu ver, devia ser uma crônica só, um texto mais longo, o que também é bom e oportuno, tratando-se do sucinto RB” (Resende, 1988, grifos meus).

Não apenas o “toque jornalístico” é desaconselhado, mas também certos “anacronismos” que seriam encontráveis nas crônicas de Braga:

“A tirar alguma dessas crônicas (se o livro estiver mto grande), eu tiraria o Pignoraticio. Há lá um trecho em que V. fala de bolso cheio de cédulas. Eram cédulas eleitorais, o que hoje não existe mais. A Justiça Eleitoral é que imprime as cédulas dos candidatos, etc. Então, acho que V. podia cortar, ou atualizar, ou explicar (na hipótese de deixar a crônica). Há outras coisas assim, anacronismos, de somenos, mas sempre revela um certo desleixo com que V. faz o livro. (...) V. fala em A. I. B. sem explicar e hoje ninguém sabe que é Ação Integralista Brasileira. Daqui a pouco, o Braga só vai poder ser lido com um explicador e cheio de notas de pé de página... Por que não ter o trabalhinho de fazer direito esse trabalho PARA O LIVRO? Custa tão pouco!” (Resende, 1988, grifos meus).

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – USP e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Consultada no Arquivo Rubem Braga da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ).

O que se apreende das sugestões de Resende é que a crônica, ao passar do jornal para o livro, teria que sofrer algumas adaptações. As referências históricas, se não suprimidas, explicadas ou atualizadas, constituiriam em anacronismos que tornariam as crônicas cifradas aos leitores contemporâneos. Com a inscrição em letras maiúsculas em “para o livro”, percebe-se que o leitor em questão é aquele que terá acesso às crônicas por meio do livro, espaço portanto distinto do jornal, veículo para o qual elas teriam sido originalmente escritas.

Dois dias depois de Otto Lara Resende, é a vez de Fernando Sabino escrever a Braga comentando os recortes de jornais que foram compilados para formar “As boas coisas da vida”. Em carta² mais curta, Sabino diz que algumas crônicas deveriam ser subtraídas. Explica: “Acho que, com os cortes sugeridos, dará um livro de bom tamanho, cerca de 200 páginas. Assim, eu cortaria as seguintes, que não fazem falta ou são muito *datadas*” (Sabino, 1988, grifos meus). E então Sabino elenca os títulos dos textos que deveriam ser limados.

Se entre os cronistas é possível encontrar a preocupação a respeito do toque jornalístico, dos anacronismos e do caráter datado que as crônicas, em livro, poderiam guardar, tais questões também estão presentes nas reflexões de críticos literários. Antonio Candido, em “A vida ao rés-do-chão”, discorrendo sobre o trânsito do jornal ao livro, argumenta que a crônica

“não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em ‘ficar’, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (Candido, 1992:14-15).

Segundo Candido, durante seu desenvolvimento a crônica teria alterado seus objetivos, passando cada vez mais a desempenhar a função de diversão em detrimento da informação, que foi ocupada por outras instâncias do jornalismo.

Enquanto Candido positiva a inesperada capacidade do gênero em vencer a transitoriedade, superando a origem jornalística ao ser veiculado em livro, outros

² Consultada no Arquivo Rubem Braga da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ).

autores colocam em questão tal possibilidade de superação, valendo-se, também, da idéia de transitoriedade para ponderar seu estatuto. Como mostra Luiz Simon (2004), Massaud Moisés, se não critica a vinculação da crônica com o periódico, contesta a sua posterior publicação em livro, para tanto se respaldando no posicionamento explicitado quase meio século antes por Alceu de Amoroso Lima. Comparando a leitura da crônica quando esta se encontra no jornal ou no livro, Moisés afirma que

“No livro, porém, a crônica sugere o reparo de Tristão de Ataíde e gera a monotonia, e o possível sobressalto que acompanha a leitura dum boa crônica de jornal se atenua pela expectativa de uma sensação análoga oferecida pela leitura de um texto colocado a seguir. Mais do que o poema, a crônica perde quando lida em série; reclama a degustação autônoma, uma a uma, como se o imprevisto fizesse parte de sua natureza, e o imprevisto colhido na efemeridade do jornal, não na permanência do livro. Eis porque raras crônicas suportam releitura; é preciso que ocorra o encontro feliz entre o motivo da crônica e algo da sensibilidade do escritor à espera do chamado para vir à superfície” (Moisés apud Simon, 2004:3).

Em “Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?” Antônio Dimas (1974) parte de uma matéria da imprensa que decretava o fim da crônica no Brasil para discutir o seu estatuto. A reportagem, publicada por José Márcio Mendonça no “Jornal da Tarde” (SP) em 14 de março de 1972, tinha como título “Adeus, cronistas” e assegurava que

“De Carlos Drummond de Andrade, como sempre, foi possível conseguir uma entrevista. Mas todos – os que falaram e os que se recusaram a falar – concordaram em que a crônica está caindo de moda, quase sem que ninguém perceba. Morre em silêncio, depois de quase 12 anos de glória” (Mendonça apud Dimas, 1974:46).

Dimas busca então perscrutar os motivos que levam a crítica literária a negligenciar o estudo da crônica, uma vez que esta disciplina não apresenta as justificativas para esse silêncio. O autor aventava que algumas das razões veladas seriam, por um lado, a falta de conhecimento da produção cronística e, do outro, o posicionamento de preteri-la em relação à poesia e ao romance. Além disso, os próprios praticantes do ofício manteriam uma postura similar, definida por Dimas como “paternidade contrariada”. O autor elenca dois motivos primordiais para tal descrédito: “1. a inequívoca feição financeiramente imediatista e utilitária da crônica, enquanto

meio de dilatar o orçamento do intelectual-jornalista; 2. a adesão estreita do objeto ao Tempo, o que lhe confere caducidade breve” (Dimas, 1974:47).

Não apenas o escasso tempo impossibilitaria uma re-elaboração mais detida do texto, como também, em decorrência da vinculação com a imprensa, o cronista estaria sujeito aos cerceamentos tanto da direção do periódico no qual a crônica será publicada quanto pela expectativa do público leitor. Dimas frisa a questão da relação da crônica com o tempo, pois, segundo o crítico, mesmo não possuindo mais a função de ser um relato histórico, o gênero se encontra coagido pelo que denomina de “vicissitudes temporais”: “enquanto interpretação parcial de um fato; enquanto matéria breve; enquanto urgência de elaboração” (Dimas, 1974:48).

Para ele, o equívoco da crítica em relação à crônica residiria no fato de não se atentar para a questão da diferenciação entre literatura e jornalismo. Embora ambos trabalhem com a linguagem, o autor vale-se de Jakobson para assegurar que, em cada um desses âmbitos, ela possuiria uma *função* distinta. Assim, enquanto no discurso verbal do jornalismo haveria a primazia da função referencial da linguagem, na literatura reinaria a função poética. Já a crônica, inserida no jornal, cujo objetivo seria a transmissão de informações, “funcionaria como descanso para o leitor, na medida em que ela se constrói a partir de um evento qualquer, porém moldada numa linguagem que *tende para* a ambigüidade, *tende para* a plurivocidade” (Dimas, 1974:48-49, grifos do autor). É por estar constantemente transitando entre as funções de linguagem do jornalismo e da literatura que a crônica pode passar das páginas dos periódicos para o livro. Em suas palavras,

“Espremida entre o rigor informativo e a liberdade verbal, a crônica condensa a tensão narrativa exemplar, cuja fidelidade ao histórico está constantemente ameaçada pela liberdade criativa. Diante do cronista, o fato se desfolha, se desventra e, eventualmente, se torna tão ambíguo quanto a própria linguagem que o moldou. Se a literatura não precisa, em princípio, de nenhum compromisso com a realidade histórica, o mesmo já não pode ocorrer com a crônica, cujo motor de arranque é o cotidiano” (Dimas, 1974:49).

Percebe-se que o aludido “toque jornalístico” aparece como ponto fulcral nas argumentações, tanto nas que apostam na capacidade da crônica de permanecer quanto nas que asseguram a sua constitutiva transitoriedade. Não apenas o veículo ao qual ela estaria originalmente vinculada se coloca como questão, mas também a temática tratada

geraria discussão a respeito do estatuto desse gênero literário. Assim, a capacidade da crônica de se descolar da matéria histórica que, com frequência, lhe serve de tema também se coloca como questão. Valendo-me das palavras de Dimas, está em questão a capacidade da crônica em se equilibrar entre a “fidelidade ao histórico” e a “liberdade criativa”. Se a crônica pender para a primeira, corre o risco de, ao ser posteriormente transposta do jornal para o livro, se tornar, nas palavras de Sabino, “datada”, com os “anacronismos” que segundo Resende deveriam ser evitados.

Tendo em vista tais questões sucintamente expostas acima, meu objetivo é o de debruçar-me justamente nas crônicas de Braga que não foram compiladas em livro e cuja temática, girando em torno de questões políticas, guardaria maior “fidelidade ao histórico”. No presente texto, analisarei alguns dos textos de Braga que foram publicados em *Comício*, em um período de grandes transformações na imprensa brasileira.

A imprensa nos anos 50

“Uma *sociedade em movimento* talvez seja mesmo a melhor imagem para a sociedade brasileira da década de 1950, dadas as transformações inauditas decorrentes, sobretudo, dos processos acelerados de industrialização e urbanização que a marcaram” (Botelho, 2008:15). O mesmo pode ser dito a respeito do jornalismo que informa tal sociedade: nos anos 1950 a imprensa passou por inúmeras transformações no sentido de torná-la mais “moderna”.

Os anos 1950 assistem ao surgimento dos jornais *Última Hora* (1951) e *Tribuna da Imprensa* (1949), que remodelaram a linguagem da imprensa. O *Diário Carioca*, também nessa década, começa a desempenhar papel de destaque no que concerne à formação de novos profissionais. Além disso, é nesse período que ocorrem as reformas gráficas do *Jornal do Brasil*, que irão influenciar as alterações da imprensa no país.

Alzira Abreu aponta a influência da imprensa norte-americana nas transformações pelas quais passaram a imprensa nacional e cita os argumentos de Lins da Silva (1991), segundo o qual

“as inovações introduzidas no jornalismo brasileiro a partir da década de 50 se fizeram sob a égide de alguns dos jornalistas que viveram nos Estados

Unidos durante os anos 40, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer. Os dois primeiros iriam levar sua experiência para o Diário Carioca e o segundo para a Última Hora. Já no final dos anos 50, Alberto Dines introduziu muitas idéias no Jornal do Brasil, como resultado de sua passagem pelo Los Angeles Times (Abreu, 1996:15).

Sobre os moldes sobre os quais a imprensa brasileira teria se desenvolvido, temos a constatação de que, se antes imperava o modelo francês, propiciando um jornalismo “de combate, de crítica, de doutrina e de opinião” (Abreu, 1996:15), foi sendo gradualmente, segundo Abreu, substituído pelo norte-americano, isto é, “um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (Abreu, 1996:15).

Segundo Ana Paula Ribeiro (2003), até os anos 40 a imprensa brasileira se mostrava imbricada com a literatura em decorrência da utilização do modelo francês, no qual as técnicas de escrita eram próximas da literatura. Desse modo, as seções de maior *status* eram as de caráter mais livre e opinativo, como a própria crônica, mas também o artigo polêmico e o de fundo. “Os jornais, além disso, funcionavam como uma instância fundamental de divulgação da obra literária e de construção de reconhecimento social dos escritores. Era sobretudo através do folhetim que os leitores tomavam contato com os autores e seus trabalhos” (Ribeiro, 2003: 148).

Ao mesmo tempo, a imprensa estava intimamente vinculada à política, sendo, na maioria dos casos, instrumentalizada. “Pequenos em termos de tiragem e de recursos econômicos, os jornais eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade” (Ribeiro, 2003: 1948). Assim, a imprensa se constituía como sendo de opinião e valia-se de uma linguagem agressiva para expressar seus posicionamentos.

Nos anos 50 esse panorama começou a mudar, principalmente nos jornais da cidade do Rio de Janeiro, que passaram paulatinamente a trocar os moldes de jornalismo político-literário pelo empresarial.

“A imprensa foi abandonando a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida ‘objetiva’ e ‘imparcialmente’ na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião. A imprensa foi deixando de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começou a ser pensada como um lugar neutro, independente. O jornalismo não era mais visto como um gênero literário de apreciação de acontecimentos (como o havia definido

Alceu Amoroso Lima). Passava a ser reconhecido como um gênero de estabelecimento de verdades” (Ribeiro, 2003).

Na imprensa carioca, tal postura de neutralidade e distanciamento foi desenvolvida com a adesão aos moldes norte-americanos de jornalismo, o que implicou na adoção de determinadas práticas discursivas que contribuíram para que a linguagem da imprensa ganhasse uma sistematização interna, tornando-se “uma comunidade discursiva própria” (Ribeiro, 2003: 148).

Como mostra Ribeiro, as técnicas jornalísticas norte-americanas, ao serem adotadas, produziram mudanças não apenas na linguagem empregada, mas também na estrutura textual. O estilo passou a ser o telegráfico, com frases mais curtas e secas. “As regras de redação, além disso, supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas” (Ribeiro, 2003: 148-149). Se antes o jornal era o espaço para o comentário, ele se tornaria cada vez mais “espelho” da realidade e dos acontecimentos de adviriam naturalmente do real.

Já a estrutura da notícia passou a ser forjada utilizando duas técnicas do jornalismo norte-americano: o *lead* e a “pirâmide invertida”. O primeiro refere-se ao primeiro parágrafo do texto, no qual se deve responder a seis indagações essenciais: quem, o que, quando, onde, como e por quê. Como bem sintetiza Ribeiro, “símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o ‘nariz de cera’, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam” (Ribeiro, 2003: 149).

Já a “pirâmide invertida” é uma técnica segundo a qual os acontecimentos devem ser expostos em ordem decrescente de relevância, permitindo que o leitor possa entender a matéria em poucos parágrafos, caso não disponha de tempo para lê-la integralmente. Além de permitir uma leitura rápida, a “pirâmide invertida” facilitava o processo de edição, ao permitir que, no momento da diagramação da página, em um texto fossem retirados os parágrafos finais sem que isso prejudicasse sua inteligibilidade.

Segundo Ribeiro, o matutino *Diário Carioca* foi o primeiro a adotar com sistematicidade as técnicas norte-americanas, lançando no Brasil, inclusive, o primeiro manual de redação e estilo. Publicado em 1950 com o título “Regras de redação do Diário Carioca”, possuía 16 páginas e era assinado pelo próprio Pompeu de Souza, editor-chefe do jornal. Este matutino foi também pioneiro na utilização de *copy-desk*, isto é, “um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo. Seu papel era essencialmente disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas de redação” (Ribeiro, 2003: 151).

O visual dos jornais é outro aspecto que passa por remodelação nos anos 1950. Antes era utilizado o padrão editorial e gráfico francês, com “excesso de títulos, ausência de lógica na hierarquia do material etc” (Ribeiro, 2003: 151). Os principais jornais a estamparem modernizações gráficas foram os cariocas *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. “Recursos editoriais e formais, típicos de revistas, passaram a ser utilizados nos jornais diários. Subtítulos, entretítulos, boxes, textos complementares movimentavam e embelezavam as páginas, tornando a sua leitura mais agradável” (Ribeiro, 2003: 151). Foi também nesse período que emerge a idéia de que a primeira página seria a vitrine do jornal, chamando a atenção para o conteúdo que estaria nas demais páginas. Como resume Ribeiro, “apresentação lógica, ordenação do material na página, disposição racional, essas eram algumas máximas do jornalismo carioca, que passou a adotar, como um valor estético, o princípio da funcionalidade” (Ribeiro, 2003: 151).

Também nos anos 1950 inicia-se o processo de profissionalização do jornalismo, que propiciou que a figura do jornalista afastasse tanto da do escritor quanto do político, dedicando-se exclusivamente ao ofício. Nessa questão, o *Última Hora* de Samuel Wainer teve papel fundamental, uma vez que subiu o piso salarial de seus trabalhadores, chegando a pagar até dez vezes mais que a média como forma de estimular a vinda dos melhores profissionais para a sua redação, gerando concorrência entre as redações. Outro ponto que fortaleceu a profissionalização foi a criação de cursos de jornalismo.

Nesse período, os jornais também passam por reformas administrativas, com a improvisação dando lugar ao planejamento racional. “Foram alterados os critérios de

investimento, a veiculação dos classificados, as formas de distribuição, o marketing, as promoções etc” (Ribeiro, 2003: 153).

Para Ribeiro, o processo de introdução de todas essas mudanças não foi gradual nem espontâneo, mas, sim, fruto da ação consciente de determinados jornais e indivíduos envolvidos com os mesmos:

“A reforma do jornalismo brasileiro, iniciada no Rio de Janeiro, está geralmente associada a empresas como o Diário Carioca, a Tribuna da Imprensa, a Última Hora e o Jornal do Brasil e a nomes como Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Amílcar de Castro, Jânio de Freitas, Alberto Dines, Samuel Wainer e alguns outros. No entanto, ela não pode ser entendida apenas como obra de alguns visionários, alguns gênios revolucionários que, da noite para o dia, resolveram mudar o jornalismo nacional. As reformas, sem dúvida, foram algo que passou necessariamente pela ação individual de cada um desses personagens e de cada uma dessas empresas, mas que ao mesmo tempo os transcendeu, na medida em que apontavam para características estruturais da sociedade brasileira e do jornalismo como prática social” (Ribeiro, 2003: 153).

Ribeiro sustenta que a lógica que presidiu tais alterações foi distinta da desenvolvida nos países avançados. Nestes, estava atrelada ao processo de popularização da imprensa, no qual o jornal com estrutura de empresa, “ao dar ênfase ao conteúdo informativo, ganhava vantagens sobre os diários de partido, que tendiam a uma audiência limitada” (Ribeiro, 2003: 154-155). Se, à primeira vista, a modernização do jornalismo brasileiro nos anos 1950 parece se referir ao mesmo processo de racionalização tendo em vistas a implantação de um jornalismo de massas como ocorreu nos Estados Unidos, o estudo de Ribeiro evidencia outros fatores. A autora cita o trabalho de Gisela Goldenstein sobre o jornal *Última Hora* para elucidar seu argumento. Embora tenha utilizado todas as técnicas empregadas pelo jornalismo norte-americano, estas estariam “a serviço da política (no caso, do populismo varguista)” (Ribeiro, 2003: 156).

“Isso não foi, no entanto, uma exclusividade da Última Hora. O mesmo ocorreu com todos os jornais pioneiros na modernização: Diário Carioca, Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil. Todos, em graus variados, adotaram as técnicas modernas como armas de luta política. O que não significa que interesses econômicos (ligados diretamente ao mercado) não tenham igualmente impulsionado as mudanças. É que não havia, nos anos 1950 (segundo acredito), nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política. As duas se adequavam uma à outra, às vezes de uma maneira perfeita, às vezes precariamente.” (Ribeiro, 2003: 156).

Tal imbricação, segundo a autora, está relacionada ao próprio desenvolvimento capitalista do país, visto que “o apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade” (Ribeiro, 2003: 156). Os principais financiadores das reformas que permitiram a modernização dos jornais foram os bancos estatais. Ao contrário do que se poderia pensar, o maior beneficiado pelos favorecimentos do Estado não foi o *Última Hora*, mas sim os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Também *O Globo*, de Roberto Marinho, foi bastante beneficiado, recebendo, entre 1950 e 1952, inúmeros empréstimos que, na época, somados, computavam mais de um milhão de dólares. Como evidencia Néelson Werneck Sodré, tais empréstimos foram realizados de maneira bem vantajosa para o jornal *O Globo* (Sodré, 1999:401-402).

Se Ribeiro evidencia a imbricação entre a política e o jornalismo para a consecução das alterações que modernizaram a imprensa nos anos 1950, Abreu também analisa tal relação, chamando a atenção para o papel decisivo da cobertura da imprensa momentos antes do suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, e de seus posteriores desdobramentos.

Assim, se as inovações de caráter técnico, gráfico e editorial, a maior profissionalização do ofício e o estabelecimento da imprensa como empreendimento econômico foram indispensáveis ao processo de transição da imprensa carioca nos anos 50, também

“contribuíram para as rupturas que ocorreram na imprensa os acontecimentos políticos traumáticos que tiveram lugar nessa década. A crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 pode ser vista como um divisor de águas. A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo a partir de então³” (Abreu, 1996:10).

³ Uma análise detida do papel da imprensa na crise que culminou no suicídio de Vargas pode ser encontrada no capítulo assinado por Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman intitulado “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”, publicado no livro “Vargas e a crise dos anos 50”, sob organização de Angela de Castro Gomes.

Se a política, de uma maneira ou de outra, continua conformando os caminhos trilhados pela imprensa no Brasil nesse período, muitas vezes auxiliando em sua modernização, tal questão se exacerba nos jornais nacionalistas, como é o caso de *Comício*.

Um semanário anti-varguista

Com a qualificação de “semanário independente” em sua capa e a direção de Joel Silveira, Rafael Corrêa de Oliveira e Rubem Braga, *Comício* aparece em maio de 1952 e circula até outubro do mesmo ano, computando um total 23 números com 32 páginas cada. Já no editorial do primeiro número, seus diretores esclarecem as diretrizes que norteariam o semanário:

“O dicionário define: COMICIO, s.m. Reunião de cidadãos com o fim de tratar de assuntos de interesse público.

Os cidadãos que se reuniram para fazer este semanário acreditam que os interesses públicos no Brasil, não estão defendidos de maneira tão rigorosa e completa que seja dispensável o concurso de mais alguns homens de boa-vontade e razoável traquejo” (Braga et al, 1952a:3).

Uma vez que os interesses públicos não estão tão bem defendidos ao ponto de se excluir a consecução de tal publicação, os diretores assinalam os objetivos que se dispuseram a realizar com o intuito de alterar tal quadro: “Não pretendemos salvar o país uma vez por semana; mas nos juntamos aqui para discutir à vontade entre nós mesmos e com o público, a marcha dramática e pitoresca das coisas desta nação e, um pouco, também das outras” (Braga et al, 1952a:3). No editorial os diretores fazem questão de frisar o caráter a-partidário do semanário – algo que também será lembrado inúmeras vezes nos outros números de *Comício*:

“Não temos, como logo se verá, compromisso com nenhum partido do governo ou da oposição. Eles andam, de resto, enfarinhados por uma febre de personalismos que, apresentando graves inconvenientes e algumas vantagens para a nossa democracia, parece ser de tudo, a fatalidade deste momento histórico. Através da confusão desse jogo de interesses e vaidades – e procurando, na medida das possibilidades humanas, ficar fora dele, sem, para isso, ir residir na Lua – tentaremos discernir o que, e quem e quando e como representa os interesses mais legítimos da massa de nosso povo” (Braga et al, 1952a:3).

Segundo o biógrafo de Braga, Marco Antonio de Carvalho,

“Pobre, feio, descontraido e desabusado, Comício reuniria quase todos os homens de imprensa antigetulista do início dos anos 1950. Antônio Maria e Sérgio Porto tornaram-se conhecidos através de suas páginas, naquela que foi a redação mais alegre do jornalismo carioca, onde só um momento era sagrado: a hora de fechar o expediente e abrir a garrafa de Haig’s, prática que tinha sido iniciada no lançamento da revista, quando o empresário Juca Chaves envio uma caixa de garrafas de uísque” (Carvalho, 2007:363).

Fernando Sabino, relatando sua experiência no *Comício*, afirma que este era “um tablôide de pobre aparência e rico conteúdo”, e que

“não era revista, mas também não era um jornal: era um Semanário Independente, como se apresentava na capa, em apenas duas cores. Na realidade, vinha a ser o que depois passou a se chamar de imprensa alternativa, ou nanica – em suma: um pasquim. Como, aliás, surgiria mais tarde o que consagrou esse nome, e do qual fomos uma espécie de precursores.

Comício não era humorístico, pelo menos na intenção – o que se pode deduzir pela seriedade do título –, mas era alegre, descontraido e desabusado” (Sabino, 1999:126).

Comício, a despeito do posicionamento claramente antigetulista, era rodado nas oficinas do jornal *Última Hora*, que foi uma espécie de porta-voz do governo de Vargas. O fim da circulação do semanário ocorreu porque, uma vez que os diretores do semanário não tinham condições de pagar a dívida referente ao número anterior, os diretores do jornal não aceitaram imprimir o número seguinte (Cf. Carvalho, 2007:364-365). No ano seguinte, em carta à Clarice Lispector, Braga comenta a respeito do desaparecimento do semanário:

“Nosso Comício, você viu, morreu assim que Tereza Quadros partiu. Não o choremos, que morreu como nasceu, muito vivo, desleixado, alegre, às vezes malcriado, no fundo talvez sério, em todo caso sempre livre. A gente que trabalhava aqui se espalhou, uma parte foi para Manchete, que melhorou muito, outra parte foi fazer Flan, do Samuel Wainer, que deve sair este mês” (Braga apud Carvalho, 2007:375).

Em relação ao seu conteúdo e estrutura, o semanário possuía algumas seções que permaneceram praticamente constantes em todos os seus 23 números. Logo na segunda página, sob o título de “A aventura do cotidiano”, Fernando Sabino escrevia uma crônica. Na página seguinte, além do editorial, havia a primeira parte de uma matéria

política, geralmente assinada por Joel Silveira, Carlos Castello Branco ou Pedro Gomes. “A semana da Câmara” era de autoria de Carlos Castello Branco e “A semana do Senado”, de Otto Lara Resende. Também havia um espaço destinado às cartas dos leitores, intitulado “O leitor escreve”. “Por esse mundo de Deus”, panorama sobre notícias internacionais, era escrito por Paulo Mendes Campos.

As duas páginas centrais do semanário eram dedicadas ao humor de Millôr Fernandes. Logo em seguida vem a coluna voltada ao público feminino intitulada “Entre mulheres”, de autoria de Clarice Lispector, que a assinava usando o pseudônimo Tereza Quadros. “A semana da cidade” era de autoria de Sérgio Porto e “A semana em São Paulo” de Luis Martins, que era o responsável pela sucursal do semanário nesta cidade. A coluna “Arquivo” era escrita por Newton Prates. Invariavelmente localizada nas últimas páginas de *Comício* está a crônica assinada por Rubem Braga. Além das crônicas, Braga também escrevia a seção “Os dias do presidido”, “resposta irônica a ‘O dia do Presidente’, que a *Última Hora* de Samuel Wainer, recentemente lançada, publicava, louvando Getúlio Vargas” (Carvalho, 2007:363).

A política, que é matéria constante dessas crônicas, também tem espaço central no interior do semanário. São inúmeras as reportagens, entrevistas, reconstruções históricas publicadas em suas páginas versando sobre tal assunto. Um exemplo é a série de matérias escritas por Pedro Gomes sobre a trajetória dos partidos políticos então existentes no país.

Uma das questões cruciais do período e que foi debatida por Braga em sua crônica diz respeito ao temor sobre a possibilidade de instauração de mais um regime ditatorial por parte de Getúlio Vargas. Em um texto em formato epistolar – como o é boa parte das crônicas de Braga publicadas no semanário – intitulado “Carta a um general”, o autor constrói uma interlocução com o seu destinatário, o “Exmo. Sr. General Ciro do Espírito Santo Cardoso – Ministro da Guerra” (Braga, 1952b:30). Braga recupera no texto uma parte do discurso do referido Ministro que, com ironia, é qualificado de “trecho de ouro”:

“Permiti-me dizer, para assegurar tranqüilidade e para que se possa realizar a obra fecunda de governo do preclaro Presidente Getúlio Vargas, meu eminente amigo, cuja única e maior preocupação, como amigo íntimo, de convívio diário, eu posso declarar, é a de entregar ao seu sucessor em 1956, ao tempo constitucional de seu mandato, um Brasil engrandecido, etc., etc.'. Desculpe os etceteras, general; a frase era comprida, e a vida é curta.

O principal está dito ali, no que transcrevi. Não está, vamos dizer com franqueza, muito bem dito, e já direi porque” (Braga, 1952b:30).

O cronista passa então a desenvolver sua argumentação:

“Primeiro porque essa preocupação do seu eminente amigo é ‘única’ e além disso é ‘a maior’. Ora general, se ela é a ‘maior’ não é ‘única’; há outras, e Deus sabe quais serão. Se V. Excia. tivesse dito: ‘a maior, a única’, já não haveria contradição, mas arroubo: depois de afirmar muito, v. excia. avançaria (como é de seu gosto) para afirmar ainda mais. Veja v. excia. que falar de mais às vezes é dizer menos, e já lá vai outro exemplo. Essa ‘única e maior’ preocupação de seu amigo qual é? V. Excia. o diz: ‘entregar ao seu sucessor em 1956, ao termo constitucional de seu mandato, um Brasil engrandecido, etc.’. A frase seria mais forte, general, se dissesse menos. Bastaria dizer que seu amigo iria entregar o Brasil ao seu sucessor. No lugar de ‘o Brasil’ v. excia. diz ‘um Brasil engrandecido, etc., etc.’ o que sempre nos deixa uma leve suspeita: sua maior ou única preocupação será entregar o Brasil ou engrandecê-lo?” (Braga, 1952b:30).

Pedindo desculpas por parecer sofismar, Braga se defende assegurando que Vargas seria “nosso eminente conhecido”:

“Vamos que ele ache, em 1956, que o Brasil ainda não está suficientemente engrandecido – e resolva continuar se sacrificando e comendo churrascos pela Pátria. De quem já fez isso, e nunca se penitenciou, não será maldade gratuita temer que o repita: e saiba v. excia.: eu acho que o Brasil não agüenta mais por muitos anos ser engrandecido desse jeito” (Braga, 1952b:30).

Vargas recebe críticas não somente pela ambigüidade de sua postura em relação à sucessão presidencial, mas também por sua interferência na imprensa brasileira. A crônica desta vez tem como destinatário Herbert Moses, então Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (A. B. I.). O cronista já de início atesta que não ficou sentido por não ter sido convidado ao almoço de segunda-feira realizado pela A. B. I. em homenagem ao Exército e que contou com a presença de Vargas. Braga se desculpa pelo estilo ruim e repetido de seu texto e emenda:

“É que tudo se repete, e no Brasil de um almoço como esse, que se repete pela segunda vez, já se diz que é tradição. Afinal se o sr. Vargas fez algum favor à A. B. I. não há de ter sido de seu bolso; duvido que nos tenha dado sequer uma rês, o furreta. O que fez, ou quis fazer, foi nos tornar a todos em rês, marcadas com o ferro de sua estância. Mas um dia houve, Moses, o estouro da boiada – quero dizer da imprensa – e o dr. Vargas deve ter se lembrado disso, na segunda-feira, ao se ver cercado de jornalistas e gerais, ainda que amenos” (Braga, 1952c:30).

Braga alude, assim, ao governo anterior de Vargas, no qual este censurou sistematicamente o trabalho da imprensa. E argumenta que não julga existir motivos para a A. B. I. elogiar tanto o Exército quanto Vargas:

“E para dizer tudo, não vejo bem porque há de a A. B. I. homenagear o Exército uma vez por ano, ou melhor: já que somos uma sociedade homenageativa, porque também não damos almoços também ao Legislativo, ou ao Judiciário, ou à Marinha, ou à Igreja, ou ao proletariado? E por que chamar o chefe de Estado para lhe dizer finezas quando, no mesmo dia em que dão a notícia do almoço, os jornais todos publicam uma declaração do Sindicato dos Jornais e Revistas do Rio de Janeiro dizendo que esses jornais e revistas estão com a sua existência ameaçada, e falando em defender a autonomia da imprensa ‘em face do poder econômico estatal’?”

Dar de comer e de beber ao homem que ameaça pode ser bonito; mas eu acho (e você queira me perdoar o adjetivo que afinal não se dirige a você) bastante calhorda” (Braga, 1952c:30).

Ao elencar os outros possíveis homenageados, o cronista parece ressaltar os setores que também se constituíam como importantes atores políticos no contexto nacional. E, se antes havia recordado um momento anterior de interferência do poder de Vargas na imprensa, sugere que esta estaria perdendo sua liberdade novamente, uma vez que os periódicos do Rio de Janeiro corriam o risco de terem sua autonomia suprimida frente ao Estado. Também na conclusão o cronista relembra a anterior opressão varguista, ao comparar seu almoço de segunda-feira com o já comido na cadeia, quando foi preso pela ditadura do atual chefe de Estado. Além disso, sustenta que homenagens como a realizada pela A. B. I. poderiam acarretar no descrédito do público em relação à imprensa:

“Enfim, o que se disse no banquete está dito; o que se comeu, comido; o que se bebeu, bebido. Eu é que não vou atrapalhar a digestão de ninguém – e em tempos de Vargas já me julgo feliz em comer sanduíche numa redação e não feijão bichado numa cadeia, o que já me sucedeu, a mim e a jornalistas melhores. São, enfim, como se diz na sociedade, coisas que acontecem nas melhores famílias. Esta nossa, da imprensa, de que você é o chefe, é que pode despertar, em um público já desconfiado e cansado de banquetes e discursos, uma exclamação meio vaga, mas em todo caso não muito lisonjeira – ‘que família!’” (Braga, 1952c:30).

Outra questão, candente na época, que foi muito debatida no semanário e que também ganhou espaço na crônica de Braga é a que diz respeito à gerência do petróleo nacional. Eleito com uma campanha que defendia a nacionalização do projeto da Petrobrás, Vargas, já no poder, tende a apoiar a solução de gerência mista, o que abriria

espaço não apenas para o capital nacional, mas também para o estrangeiro – e em relação a este, o mais interessado parecia ser a empresa norte-americana *Standart Oil*.

A vinda ao Brasil de Dean Acheson, Secretário de Estado norte-americano, justamente no período em que se discutia o projeto da Petrobrás na Câmara, gerou reações por parte da imprensa, a despeito de sua afirmação de que sua visita não tinha nenhum propósito específico. A esse respeito, o cronista escreve um texto endereçado a Vargas. Nele, noticia o conteúdo de um ofício do coronel Francisco Rosa, diretor da Divisão de Ordem Política e Social, para o general Felicíssimo, presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Rosa solicita que o Congresso do Petróleo seja transferido para agosto, pois este poderia parecer acintoso “às autoridades do governo bem como ilustre hóspede”. Rosa diz ainda que se sua solicitação não for atendida, o Congresso será proibido em julho. Braga indaga:

“Mas o que haverá de acintoso para o sr. Dean Acheson em se fazer um Congresso de Petróleo no Brasil por ocasião de sua visita? Que tem ele a ver com isso? O senhor, doutor Getúlio, tem se esbaldado em dizer, e repetir, que não tem nada; que esse projeto da ‘Petrobrás’ é nacionalista cem por cento, e que não precisamos do estrangeiro para coisa alguma. Se é assim, por que cargas d’água vem a polícia proibir que se discuta sequer a questão do petróleo durante a estada do sr. Acheson? Parece que não se trata de falar mal da ‘Petrobrás’, mas de um filho do sr. Acheson, um filho queridinho” (Braga, 1952d:30).

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOTELHO, André & BASTOS, Elide Rugai & Boas, Glaucia Villas (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BRAGA, R.; OLIVEIRA, R. C.; SILVEIRA, J. “Comício”. In: *Comício: semanário independente*. Rio de Janeiro, Gráfica-Editora Comício Ltda, 15 mai 1952a.

BRAGA, Rubem. “Carta a um general”. In: *Comício: semanário independente*. Rio de Janeiro, Gráfica-Editora Comício Ltda, 30 mai 1952b.

_____. “Carta a Moses”. In: *Comício: semanário independente*. Rio de Janeiro, Gráfica-Editora Comício Ltda, 29 ago 1952c.

_____. “Carta ao Presidente”. In: *Comício: semanário independente*. Rio de Janeiro, Gráfica-Editora Comício Ltda, 4 jul 1952d.

CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.

CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo, Globo, 2007.

DIMAS, Antônio. “Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?”. In: *Revista Littera*, ano IV, nº 12. Rio de Janeiro, set/dez 1974.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RESENDE, Otto Lara. Carta para Rubem Braga. Rio de Janeiro, 17 set. 1988.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

SABINO, Fernando. Carta para Rubem Braga. Rio de Janeiro, 19 set. 1988.

_____. *O tabuleiro de damas*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SIMON, Luiz Carlos Santos. “O cotidiano encadernado: a crônica no livro”. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, FCRB, 2004. [<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/luizcarlossimon.pdf>, último acesso em 25 out. 2010].

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.